



MARINHA DO BRASIL

CENTRO DE AVALIAÇÃO DA ILHA DA MARAMBAIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 63172.002208/2024-97

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Trata-se de contratação de serviço de manutenção do Cardioversor (Marca CMOS DRAKE – Mod – VIVO) e Bomba Infusora (Marca – LIFEMED – Mod – LF201) para o Departamento de Saúde do Centro de Avaliação da Ilha da Marambaia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTD	VALOR UN	VALOR TOTAL
1	Reparo Cardioversor .	<ul style="list-style-type: none">Cardioversor Marca - CMOS DRAKE – Mod – VIVO.Serviço: Revisão geral do equipamento com substituição da bateria-LTSP31, jogo de pás e realização da calibração e testes de segurança elétrica.	UN	1	R\$ 5.201,30	R\$ 5.201,30
2	Reparo Bomba Infusora.	<ul style="list-style-type: none">Bomba Infusora – Marca – LIFEMED – Mod – LF201.Serviço: Revisão geral do equipamento com substituição dos componentes, troca da bateria e realização da calibração e testes de segurança elétrica.	UN	1	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00
3	Reparo Bomba Infusora.	<ul style="list-style-type: none">Bomba Infusora – Marca – LIFEMED – Mod – LF201.Serviço: Revisão geral do equipamento com troca da bateria e realização da calibração e testes de segurança elétrica.	UN	2	R\$ 1.044,00	R\$ 2.088,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses contados da data de empenho do bem, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. **O custo estimado total da contratação é de R\$ 8.389,30 (Oito Mil trezentos e oitenta e nove reais e trinta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.**

1.5. **O serviço engloba pura e simplesmente o serviço de Reparo dos equipamentos Cardioversor e bombas infusoras .**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. O Centro de Avaliação da Ilha da Marambaia (CADIM) dispõe de um Departamento de Saúde voltado ao atendimento emergencial de uma população diversificada, composta por militares, servidores civis, seus dependentes, bem como pela comunidade quilombola residente na Ilha. A presente contratação tem como objetivo garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos pela unidade, por meio do reparo do cardioversor que tem por função monitorar os batimentos cardíacos e a oxigenação do sangue, além de restaurar o impulso do coração de uma forma ordenada. Já bomba infusora tem por função a administração de medicamentos, soros e outros fluidos essenciais ao paciente de forma automatizada, permitindo que o processo seja feito de forma precisa e controlada. Ele é projetado para fornecer uma taxa de infusão constante ou variável, conforme prescrito pelo médico.

A demanda justifica-se também pela localização geográfica do CADIM, uma unidade militar isolada onde o transporte rápido de pacientes em estado crítico para o continente nem sempre é viável. Assim, o reparo nos equipamentos supracitados é uma medida preventiva e estratégica, garantindo o suporte adequado e imediato em situações de urgência.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, e fundamentada nos princípios constitucionais da eficiência e continuidade do serviço público, a presente contratação atende aos requisitos legais para assegurar a disponibilidade dos equipamentos a saber o Cardioversor e a Bomba Infusora no atendimento às emergências de saúde. Com isso, promove-se não apenas a eficiência dos serviços oferecidos pelo CADIM, mas também o atendimento qualificado a todas as comunidades sob sua responsabilidade, em conformidade com o interesse público e o compromisso com a promoção da saúde.

Essa iniciativa assegura que a organização militar desempenhe suas atribuições de assistência à saúde com a excelência requerida, beneficiando tanto os militares da organização quanto os civis e a comunidade quilombola residente na Ilha da Marambaia.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A solução proposta envolve o reparo dos equipamentos para o Departamento de Saúde para atendimento aos Militares, Servidores Civis, Dependentes e Moradores deste Centro. Tal reparo permitirá um atendimento eficaz às vítimas em situações de emergência, contribuindo assim para a promoção a saúde dos indivíduos atendidos pelo Centro.

3.2 Ciclo de Vida do Objeto

O ciclo de vida do reparo dos equipamentos envolve várias etapas importantes para garantir a segurança e a eficácia do processo. Certificados de inspeção e validade do cilindro são checados, de acordo com as normas regulamentadoras locais (ex.: ABNT NBR 12.888 no Brasil).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. O fornecedor deverá atender aos critérios de sustentabilidade constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.2. O objeto de aquisição deverá atender as normas constantes da

4.1.1.3. Na presente contratação não será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s).

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.4. Uma vez que o bem será entregue em parcela única e o pagamento será efetuado após o recebimento e conformidade do material, entende-se que é possível a dispensa de garantia de contratação sem causar prejuízo a Administração.

4.5 O serviço deve ter as características elencadas no quadro do item 1.1 deste Termo de Referência.

4.6 Para que o serviço seja feito com a devida qualidade técnica e segurança jurídica, o fornecedor deve cumprir as seguintes normativas:

4.6.1 Registro na ANVISA ou autoridade reguladora competente

4.6.2 Certificação ISO 13485: Embora não seja obrigatória por lei, a certificação ISO 13485 é altamente recomendada. Ela estabelece os requisitos para um sistema de gestão da qualidade específico para dispositivos médicos, assegurando que a empresa segue padrões internacionais de qualidade em seus processos.

4.6.3 NBR IEC 60601-1: Esta norma estabelece os requisitos gerais de segurança para equipamentos eletromédicos, incluindo aspectos de desempenho e segurança elétrica.

4.6.4 NBR IEC 60601-2-4: Especifica requisitos particulares para a segurança de desfibriladores cardíacos, categoria na qual os cardioversores se enquadram.

4.6.5 NBR IEC 60601-2-24: Define os requisitos específicos para a segurança básica e o desempenho essencial de bombas de infusão e controladores de infusão

4.6.6 Certificação ISO 13485: Esta certificação internacional estabelece os requisitos para sistemas de gestão da qualidade específicos para dispositivos médicos. Ela assegura que a empresa possui processos adequados para a manutenção de equipamentos médicos, garantindo a conformidade com as regulamentações aplicáveis

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Professor Levi Miranda, s/n, Itacuruçá, Mangaratiba/RJ, CEP: 23.860-000, no Ponto de Apoio, sem taxa ou ônus para este Centro. **Responsável pelo Contato da Organização Militar:** Supervisor de Serviço do ponto de Apoio. Telefone: (21) 3789-4281 e (21) 99681-4338 ou **(21) 98207-9527 – Primeiro-Sargento (FN-EF) Paulo.**

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 5 (dias) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

6.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 3 (três) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

6.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

6.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

6.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

6.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

6.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

6.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.3.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 (indicar um dos incisos do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso concreto), que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou

regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.4.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.4.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União conforme dotação orçamentária abaixo:

Natureza de Despesa: 3339039

Plano Interno: C415DV301B4

PTRES: 174672

Fonte de Recurso: 10540000144

Mangaratiba, RJ de de 2024.

MAURÍCIO CARVALHO SERRA
Capitão- Corveta (CD)
Chefe do Departamento de Saúde

APROVO O TERMO DE REFERÊNCIA:

JORGE LUIZ DA SILVA COELHO
Capitão de Mar e Guerra (FN)
Ordenador de Despesas